



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de São José do Rio Preto

ISABELA MARIN MUNHOZ

**CIDADE EDUCADORA:
por que tornar-se uma?**

**SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
2021**

ISABELA MARIN MUNHOZ

**CIDADE EDUCADORA:
por que tornar-se uma?**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Educação como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciada junto ao Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, câmpus de São José do Rio Preto.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Klein

**SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
2021**

M966c Munhoz, Isabela Marin
Cidade Educadora : por que tornar-se uma? / Isabela Marin
Munhoz. -- São José do Rio Preto, 2021
53 p. : tabs.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Pedagogia) -
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de
Bióciências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto
Orientadora: Ana Maria Klein

1. Cidades Educadoras. 2. Experiências de Cidades
Educadoras. 3. Educação pela cidade. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto. Dados
fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ISABELA MARIN MUNHOZ

CIDADE EDUCADORA:

por que tornar-se uma?

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Departamento de Educação como parte dos requisitos para obtenção do título de licenciada junto ao Curso de Graduação em Licenciatura em Pedagogia, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, câmpus de São José do Rio Preto.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Maria Klein
(IBILCE/UNESP – São José do Rio Preto)
Orientadora

Prof. Dr. Raul Aragão Martins
(IBILCE/UNESP – São José do Rio Preto)
Membro titular interno

Profa. Me. Flaviana de Freitas Oliveira
(FFC/UNESP – Marília)
Membro titular externo

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
16 DE NOVEMBRO DE 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram no decorrer desta jornada, especialmente:

Aos meus pais, que deram suporte e me incentivaram em toda graduação, além de estarem presente em toda travessia, apoiando e zelando.

Ao novo membro da família, o Scooby, que não sabe, mas foi minha força e alegria pra continuar em vários momentos, inclusive pra desenvolver o presente trabalho.

Aos meus avós, pelo abrigo e apoio no início da graduação além de todo carinho e amor que recebo no dia a dia. A “professorinha do vô Ticão” oficialmente será professora!

Às minhas amigas Luana, Miana, Cecília e Maria, colegas de sala que vivaram amigas/parceiras, agradeço por estarem comigo seja dividindo trabalho quanto angústias. Com vocês, a graduação ficou mais leve, sem dúvidas.

À minha amiga Mariana, por me apoiar e sempre estar presente apesar da distância. Com toda certeza as mensagens que recebi foram combustíveis para continuar firme nesses 4 anos.

A todos os laços que construí no ensino médio, em especial aos meus professores e aos meus amigos (Nathália, Gabrielle, Nathály, Julia e Emerson), que foram essenciais para eu chegar onde estou.

Por fim, e não menos importante, a todos os docentes que transitaram durante minha graduação, e de maneira especial, à minha orientadora Ana, por toda paciência e auxílio, não só na construção deste TCC, mas em todo percurso da graduação, em que, durante um longo período, fui representante de sala e ela, coordenadora de curso, gerando, para mim, momentos de trocas especiais.

RESUMO

O conceito de Cidade Educadora surge na década de 1990, em Barcelona, na Espanha, onde foi realizado o primeiro Congresso Internacional das Cidades Educadoras e do qual resultou a Carta das Cidades Educadoras. Esta carta refere-se à intencionalidade e à responsabilidade da cidade com a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes, a começar pelas crianças e pelos jovens, despertando sentido de responsabilidade e de comunidade priorizando-se a capacidade de diálogo, de confrontação e de solidariedade. A ideia central é de que não é apenas a escola que educa, a cidade pode educar intencionalmente de maneira informal. A presente pesquisa visa conceituar Cidade Educadora, seus princípios e possíveis impasses; levantar experiências de cidades que são educadoras e apontar caminhos para as cidades tornarem-se educadoras. A pesquisa é de natureza aplicada, a abordagem do problema é qualitativa e o procedimento técnico adotado é pesquisa bibliográfica.

Palavra-chave: Cidade Educadora.

ABSTRACT

The concept of the educating city emerged in the 1990s in Barcelona, Spain, where the first International Congress of Educating Cities was held, resulting in the Charter of Educating Cities. This charter refers to the city's intentionality and responsibility towards the education, promotion, and development of all its inhabitants, starting with children and young people, awakening a sense of responsibility and community by prioritizing the capacity for dialogue, confrontation, and solidarity. The central idea is that it is not only the school that educates, the city can intentionally educate in an informal way. The present research aims to conceptualize the educating city, its principles and possible impasses; to identify experiences of cities that are educating, and to point out ways for cities to become educating. The research is of an applied nature, the approach to the problem is qualitative and the technical procedure adopted is bibliographical research.

Keyword: Educating City.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Programas da gestão “Cidade Humana e Educadora”	28
--	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS

AICE	Associação Internacional de Cidades Educadoras
APM	Associação de Pai e Mestres
BIDCE	Banco Internacional de Documentos de Cidades Educadoras
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPF	Instituto Paulo Freire
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
ONGs	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento participativo
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O CONCEITO DE CIDADES EDUCADORAS	14
2.1 PRINCÍPIOS DAS CIDADES EDUCADORAS E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA.....	19
2.2 DESAFIOS E IMPASSES PARA EFETIVAÇÃO DAS CIDADES EDUCADORAS	23
3 EXPERIÊNCIAS DE CIDADES EDUCADORAS	26
3.1 CIDADE EDUCADORA: SOROCABA.....	27
3.2 CIDADE EDUCADORA: PORTO ALEGRE	31
3.3 CIDADES EDUCADORAS: ÉVORA, SANTA MARIA DA FEIRA E TORRES NOVAS... 34	
3.4 CIDADE EDUCADORA: ROSÁRIO.....	39
3.5 CIDADE EDUCADORA: QUAIS SERIAM OS CAMINHOS PARA TORNAR-SE UMA? 41	
4 CAMINHOS PARA AS CIDADES TORNAREM-SE EDUCADORAS	43
4.1 O TRÂMITE PARA ASSOCIAR-SE À AICE.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
ANEXOS	51

1 INTRODUÇÃO

O conceito de Cidade Educadora surge na década de 1990, em Barcelona, na Espanha, onde foi realizado o primeiro Congresso Internacional das Cidades Educadoras, do qual resultou a Carta das Cidades educadoras (AICE, 1994). Esta carta refere-se à intencionalidade e à responsabilidade da cidade com a formação, promoção e desenvolvimento de todos os seus habitantes. A cidade, além de suas funções tradicionais - econômica, social, política e de prestações de serviços, ao tornar-se “educadora”, assume a intencionalidade e a responsabilidade na formação, promoção e no desenvolvimento de seus habitantes, de todas as faixas etárias. Esta dimensão do conceito de cidade pressupõe que a responsabilidade da educação dos cidadãos em geral, além das instituições tradicionais (Estado, família e escola), é também compartilhada por associações, instituições culturais, empresas engajadas na educação e por todas as instâncias da sociedade (GADOTTI; PADILHA; CABEZUDO, 2004).

De maneira sucinta, Aieta e Zuin (2012) definem Cidade Educadora como a integração da oferta de atividades sociais e culturais para a potencialização da capacidade educativa formal e informal da cidade.

Segundo a carta das Cidades Educadoras e dos autores Gadotti, Padilha e Cabezudo (2004), os desafios do século XXI são: o investimento na educação de cada pessoa em prol do desenvolvimento do potencial humano e a construção de uma sociedade do conhecimento sem exclusões. A Cidade Educadora, tendo objetivo de preservar a identidade, a liberdade e a diversidade, possui papel importante em relação aos desafios expostos. Perante a formação dos cidadãos, o objetivo prioritário é formar indivíduos conhecedores de direitos e obrigações com respeito à sociedade e que, a partir do conhecimento e da identificação com a própria cidade, empreendam ação participativa e transformadora desta (GADOTTI; PADILHA; CABEZUDO, 2004).

Conforme Gadotti (2006), cidadania é essencialmente a consciência de direitos e deveres e exercício da cidadania, como: direitos civis, direitos sociais e direitos políticos. A medida em que a Cidade Educadora busca que os seus habitantes tenham o direito de refletir e participar na criação de programas educativos e culturais e a dispor de instrumentos necessários que lhes permitam descobrir projeto educativo, na estrutura e na gestão da sua cidade, há a vinculação da cidadania. Ainda segundo o autor, a escola deixa de ser um lugar abstrato para inserir-se efetivamente na vida da

cidade, ganhando assim, uma nova vida, transformando-se em um território de construção de cidadania. Porém, segundo Gadotti (2006), educação não é uma tarefa espontânea da cidade, há a necessidade de vontade política e de uma perspectiva histórica.

A cidade que se sentir identificada com os princípios da Carta de Cidades Educadoras, deve passar pelo tramite de formalização da entrada na Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE): preencher a solicitação de entrada e a adesão à Carta de Cidades Educadoras assinada pelo Prefeito; encaminhá-la ao Conselho Deliberante com uma via anexa do acordo que ratifique a adesão e pagar a parcela correspondente. Fazer parte da AICE significa fazer programas de caráter educativo direcionado a todos seus habitantes em todos os âmbitos; compartilhar propostas e contribuir para a construção de uma nova maneira de entender a cidade e a educação, e de um novo discurso que sustente a democracia, o compromisso com a paz e o bem estar, o realismo e o rigor e, também, a criatividade (GADOTTI; PADILHA; CABEZUDO, 2004).

Isto posto, o problema que orienta a presente pesquisa é: como se caracterizam as Cidades Educadoras e quais os caminhos para uma cidade tornar-se educadora?

Tendo isso em vista, os objetivos deste estudo são: (1) conceituar Cidades Educadoras, seus princípios, objetivos e possíveis impasses; (2) levantar experiências de cidades que são educadoras; e, por fim, (3) apontar caminhos para as cidades tornarem-se educadoras.

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como tendo natureza básica, uma vez que pretende obter conhecimentos relacionados a cidades educadoras e suas possíveis contribuições à formação do cidadão motivado pela curiosidade e descobertas. Em relação à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa qualitativa; esse tipo de abordagem caracteriza-se pela interpretação dos fenômenos e pela atribuição de significados (SEVERINO, 2007). Em relação aos seus objetivos, é exploratória, pois tem como objetivo aprofundar o tema da pesquisa. A pesquisa exploratória possui um planejamento flexível, uma vez que, primeiramente, irá se apropriar do tema para em seguida identificar suas possibilidades de exploração. (GIL, 2008). Em relação aos procedimentos técnicos, optou-se pela pesquisa bibliográfica.

Este trabalho está organizado em 5 seções, com suas respectivas subseções. Na primeira, introdução, trazemos a contextualização e a apresentação da problemática e os objetivos específicos do presente documento. Na segunda seção, o conceito de Cidade Educadora, de maneira a introduzir a temática trabalhada durante a pesquisa abordando princípios, objetivos, desafios e empasse que a cercam. Na terceira seção, o enfoque se dá na exposição e reflexão acerca de seis Cidades Educadoras: Sorocaba, Porto Alegre, Évora, Santa Maria da Feira, Torres Novas e Rosário. Na quarta seção, expõem-se caminhos e o tramite necessário para efetivar-se na Associação Internacional de Cidades Educadoras (daqui em diante, AICE). Por fim, a quinta seção contém as considerações e reflexões finais acerca do problema da pesquisa: como se caracterizam as Cidades Educadoras e quais os caminhos para uma cidade tornar-se educadora?

2 O CONCEITO DE CIDADES EDUCADORAS

A cidade moderna, para Santos e Soares (2010), está historicamente ligada à escola e a educação assume um papel fundamental em relação ao desenvolvimento tecnológico e econômico. Desse modo, muitas vezes nas cidades industrializadas valoriza-se apenas a educação profissionalizante visando a mão de obra qualificada, gerando políticas públicas educacionais restritas adequadas somente ao contexto de contingente para o mercado de trabalho. No entanto, a educação nas cidades contemporâneas não está reduzida exclusivamente às instituições de ensino, a cidade pode ser “intencionalmente” educadora e é por meio desta ideia que desenvolve-se a proposta de Cidade Educadora. Em outras palavras Toledo, Flores e Conzatti apontam

Ao aceitar a educação como base da construção da cidadania, temos que lutar para que haja a socialização do conhecimento e não o contrário. A tendência dominante é a formação de ilhas de excelência em detrimento de uma maioria analfabeta, de escolarização precária, ou mesmo de educação meramente técnica voltada apenas para atender o mercado de trabalho. Para fazer frente a este quadro, surge a ideia das Cidades Educadoras, na medida em que a cidade dispõe de inúmeras possibilidades de, no plano local, inverter a lógica do afunilamento, possibilitando um maior acesso à educação de forma qualificada e para todos (TOLEDO; FLORES; CONZATTI, 2004, pp. 26-27).

Deste modo, o objetivo da presente seção é introduzir a temática “Cidades Educadoras” abordando seus conceitos. Para Toledo, Flores e Conzatti (2004) o conceito de “Cidade Educadora” encontra-se em construção, tem caráter aberto, típico do nosso tempo, do pensar em rede, do multiculturalismo e da interculturalidade; tendo como objetivo pensar a educação em consonância com a vida das pessoas e da sociedade em diferentes tempos e espaços educacionais vivenciados pelos cidadãos e cidadãs na contemporaneidade. Estes conceitos mutáveis, para Gadotti, Padilha e Cabezudo (2004), possuem como ponto de partida compreender que o espaço político definido por uma região altera o horizonte participativo dos cidadãos à medida que há a criação de um âmbito político menor que o da escala nacional, em que os interesses e demandas podem ser expressos com mais força, possibilitando o estabelecimento de um novo modo de relação dinâmica entre governantes e governados.

Os autores definem o projeto educativo de Cidade Educadora como um instrumento que gera um processo de participação cidadã que possibilita determinar um consenso sobre as prioridades educativas. Assim, com base na convivência democrática, e o desenvolvimento de uma educação que evite a exclusão por motivos de etnia, cultura, gênero, idade, incapacidades, condições econômicas, entre outras formas de discriminação para assim, ser uma das pontes para consolidar a promoção da educação na diversidade e para a compreensão a cooperação e paz internacional. Além disso,

[...] o conceito de Cidade Educadora implica a necessidade de realizar uma tarefa sensibilizadora, pois, por um lado, lembra aos cidadãos que é uma responsabilidade compartilhada fazer com que uma cidade seja mais civilizada, pacífica, democrática, justa e acolhedora e, por outro lado, lembra aos que exercem o poder político e a gestão de governo que nem todos possuem as mesmas responsabilidades, já que muitas das ações que estes empreendem têm consequências de caráter educativo (GADOTI; PADILHA; CABEZUDO, 2004, p. 29).

Assim, entende-se o conceito de Cidade Educadora¹ como uma integração da oferta de atividades sociais e culturais para potencializar sua capacidade educativa formal e informalmente.

Santos e Soares (2010) definem Cidade Educadora como um programa de planejamento e administração pública que parte do conceito que já era desenvolvido pela UNESCO desde a década de 1970, em que aparece pela primeira vez a expressão “cidade educativa” referindo-se a um processo de “compenetração íntima” entre educação e “vida cívica”. Para essa concepção da educação o papel da escola é formar cidadão, por intermédio do relatório “Aprender a Ser”, e tem o termo firmado em 1990 em Barcelona, na Espanha, onde foi realizado o primeiro Congresso Internacional das Cidades Educadoras, coordenado pelo ex-ministro francês Edgar Faure.

Deste congresso resulta a Carta das Cidades Educadoras, a qual exprime o compromisso assumido pelas cidades que a subscrevem com todos os valores e princípios que nela se manifestam e que estabelece que a cidade além de suas funções tradicionais: econômica, social, política e de prestações de serviços, ao

¹ Cf. [www.http://mec.gov.br/cidadeeducadora/principios/conceitos](http://mec.gov.br/cidadeeducadora/principios/conceitos). Acesso em 28 dez. 2020.

tornar-se “educadora”, assume a intencionalidade e a responsabilidade na formação, promoção e no desenvolvimento de todos – crianças, jovens, adultos e idosos.

Portanto, podemos situar o surgimento do conceito de Cidade Educadora em Barcelona, como resultante do I Congresso Internacional das Cidades Educadoras. Este conceito apresentou-se da seguinte maneira

[...] significante de uma proposta integradora de educação formal, não formal e informal, gerada pela cidade, para todos os seus habitantes e reveladora de um compromisso político, público e activo, que respeita às famílias e às escolas, mas também aos municípios, associações, indústrias culturais, empresas, instituições e entidades colectivas” (FIGUERAS, 2008, p.19 apud SIMÕES, 2010, p. 30).

Esse conceito amplo de Cidade Educadora permite conceber diferentes vias de educação que transcendem o âmbito da educação formal realizada em escolas, mas que pode ter nesta instituição uma ação articuladora com outras instituições sociais.

Gadotti (2006) entende a Cidade Educadora como espaço de cultura que educa a escola e todos que circulam em seus espaços. E a escola, por sua vez, palco do espetáculo da vida, educa a cidade numa troca de saberes e de competências e engloba instituições formais e intervenções não formais com objetivos pedagógicos preestabelecidos (Gadotti; Padilha; Cabezudo, 2004).

Em 30 de novembro, celebra-se o Dia Internacional da Cidade Educadora, e a data não é em vão, pois adota o dia da proclamação da Carta das Cidades Educadoras no primeiro Congresso Internacional de Cidades Educadoras celebrado em Barcelona. A organização das atividades em uma data concreta, permite incrementar o impacto da difusão da celebração, assim como salientar que trata-se de um evento do âmbito mundial, em que a participação de todos a população é importante e requerida.

Ao tratarmos sobre Cidade Educadora, faz-se necessário a menção de duas Instituições: Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE) e o Instituto Paulo Freire (daqui em diante, IPF). A AICE é composta por três objetivos, sendo: (1) o cumprimento dos princípios presentes na Carta de Cidades Educadoras; (2) o aprofundamento nas propostas e discursos de Cidades Educadoras e suas concretizações diretas entre as cidades; e (3) a promoção de diálogo e a cooperação com diferentes órgãos nacionais e internacionais. Para tornar-se membro, é

necessário que a cidade se identifique com os princípios da Carta de Cidades Educadoras e se comprometa a cumpri-los, ou seja

- Fazer programas com vontade educativa direcionados a todos seus habitantes e em todos os âmbitos, impulsionados ou propostos desde o governo local ou desde outras instâncias da cidade;
- Compartilhar propostas, divulgá-las, contrastá-las e avalia-las com outras cidades;
- Contribuir para a construção de uma nova maneira de entender a cidade e a educação de um novo discurso que a sustente, desde a democracia, desde o compromisso com a paz e o bem-estar, desde o realismo e o rigor e também a criatividade (GADOTI; PADILHA; CABEZUDO, 2004, pp.153-154).

No âmbito do que é oferecido aos membros, a Associação garante parte ativa de um conjunto de cidades que compartilham uma nova maneira de compreender a cidade e a educação e ainda

- Formular projetos comuns baseados nos princípios da Carta de Cidades Educadoras;
- Participar nos Congressos Internacionais para trocar e comparar experiências acerca de um assunto específico;
- Fazer parte da Assembleia Geral, que decide o funcionamento da Associação;
- Receber o Boletim e participar na sua elaboração;
- Fazer parte das redes territoriais e temáticas;
- Receber as informações de outros órgãos (UNESCO, UNICEF, ONU, Comissão Européia etc.) e participar em programas internacionais;
- Incorporar e divulgar suas contribuições para o Banco Internacional de Documentos de Cidades Educadoras (BIDCE) (GADOTI; PADILHA; CABEZUDO, 2004, p. 154).

Os três papéis de uma cidade membro da AICE são: transformar em realidade os princípios da Cidade Educadora e contribuir para sua difusão; alimentar o Banco Internacional de Documentos de Cidades Educadoras (BIDCE) com suas contribuições e participar na Associação de forma ativa, estabelecendo vínculos com as outras cidades da rede.

De acordo com Aieta e Zuin (2012) as cidades brasileiras membros da AICE são: Belo Horizonte, Campo Novo do Parecis, Caxias do Sul, Cuiabá, Dourados, Gravataí, Jequié, Montes Claros, Piracicaba, Porto Alegre, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São Paulo e Sorocaba. Independente de sua dimensão e de seu local no mundo, partilham dos princípios expostos na Carta, comunicando e colaborando entre si, no exercício e aplicação da mesma.

O IPF, por sua vez, possui como objetivo dar continuidade ao legado do Paulo Freire, procurando aproximar pessoas e instituições que desenvolvem trabalhos fundamentados nos princípios político-pedagógicos do pensamento freiriano, visando desenvolver pesquisas e práticas nos campos da educação, da cultura e da comunicação que contribuam para a construção de uma sociedade mais democrática e socialmente justa. Em uma perspectiva utópica, os autores trazem outro conceito da instituição, sendo

Em sua utopia, o IPF se constitui como um amplo, fecundo e generoso encontro de instituições, de projetos, de sonhos e de pessoas que fertilizam o inusitado, que se querem homens e mulheres sujeitos da história, seres condicionados, mas não determinados, por isso, capazes de realizar a transformação social (GADOTI; PADILHA; CABEZUDO, 2004, pp. 156-157).

Com o objetivo de trocar experiências e aprofundar as reflexões teóricas sobre os campos de atuação, o IPF é organizado em quatro movimentos: Educação de Pessoas Jovens e Adultas (EJA), Escola Cidadã, Universitas Paulo Freire e Cidadania Planetária, em que há o desenvolvimento de atividades de estudos, pesquisas, publicações, formação inicial e educação continuada, consultoria e assessoria.

O EJA tem como objetivo lutar contra a discriminação e exclusão de pessoas jovens e adultas analfabetas e garantir o direito humano fundamental a toda essa população, sendo fundamentada como um espaço de encontro, de celebração, de solidariedade, de formação, de pesquisa e publicação em torno das questões que envolvem a alfabetização desse público-alvo.

Já o Movimento da Escola Cidadã visa à construção de parâmetros político-pedagógicos e instrumentos concretos que viabilizem a democratização do acesso e a qualidade social da educação da creche à universidade. Assim, oferece cursos, consultoria e assessoria de formação inicial e educação continuada, minicursos, oficinas e palestras com temáticas como Plano Municipal de Educação, gestão democrática, princípios de convivência, entre outros.

O Movimento Universitas Paulo Freire é organizado a partir das dimensões de produção de conhecimento e de intervenção social, e estrutura-se a partir da organização de cursos e pelo Portal da UniFreire – espaço virtual de base de dados e informações que são atualizados diariamente.

O Movimento da Cidadania Planetária, que visa à formação da cidadania em nível global, buscando a reflexão de como em nossos espaços se materializam as

relações econômicas, políticas, culturais, éticas, raciais e de gênero, resultantes das transformações do mundo e também sobre as consequências que essas materializações trazem para a sobrevivência do planeta Terra. Dessa forma, busca-se desenvolver a ecopedagogia, a pedagogia da sustentabilidade, em que se definem princípios, estratégias e instrumentos para formação de educadores nessa perspectiva e promove e participa de espaços de protestos, reflexão, análise e ações de intervenção para a construção de “um novo mundo possível”: Fórum Mundial de Educação, Fórum Social Mundial e Fórum Social Brasileiro (GADOTI; PADILHA; CABEZUDO, 2004).

Desta forma, à medida que a AICE possui como objetivo a efetivação dos princípios da Carta das Cidades e que o IPF visa a formação de homens e mulheres sujeitos da história, esses, seres condicionados, mas não determinados, e por este fato, capazes de realizar a transformação social, são imprescindíveis e importante para a consolidação do movimento das Cidades Educadoras.

2.1 PRINCÍPIOS DAS CIDADES EDUCADORAS E SUA RELAÇÃO COM A ESCOLA

A carta das Cidades Educadoras, pautada na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), na Declaração Mundial da Educação para Todos (1990), na Convenção nascida da Cúpula Mundial pela Infância (1990) e na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2001), aponta que o objetivo permanente das Cidades Educadoras é aprender, trocar, partilhar e, por consequência, enriquecer a vida de seus habitantes. No âmbito dos princípios², são listados os seguintes: trabalhar a escola como espaço comunitário; trabalhar a cidade como grande espaço educador; aprender na cidade, com a cidade e com as pessoas; valorizar o aprendizado vivenciado e priorizar a formação de valores.

As Cidades Educadoras estão construindo um movimento ao redor do mundo, tendo como base os princípios de que o potencial da cidade não se limita às suas instituições formais de ensino e de aprendizagem e que o próprio território da cidade

² Cf. [www.http://mec.gov.br/cidadeeducadora/principios/conceitos](http://mec.gov.br/cidadeeducadora/principios/conceitos). Acesso em 28 dez. 2020.

possui oportunidades educativas para ampliação de possibilidades na produção de processos formativos para as diferentes gerações.³

Tais princípios nos remetem à cidadania, à consciência dos direitos e deveres e ao exercício da democracia, como os direitos civis, sociais e os políticos, entendendo que não há cidadania sem democracia. Para Gadotti (2006), o conceito de cidadania é ambíguo: a história mostra que, em 1789, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, foram estabelecidas as primeiras normas para assegurar a liberdade individual e a propriedade. Neste momento histórico, a concepção de cidadania estava ligada a uma conquista liberal. Com o transcorrer dos séculos e das lutas de grupos sociais, novos direitos foram conquistados historicamente, sobretudo os políticos e sociais. Graças à constante luta por direitos, temos hoje uma concepção mais ampla de cidadania que envolve além de direitos individuais, direitos coletivos.

Santos e Soares (2009) contestam a ideia de Gadotti, Padilha e Cabezedo (2004) de que a escola na Cidade Educadora se transforma num novo território de construção da cidadania, em um núcleo de resistência à proposta neoliberalista internacionalizada pelos organismos internacionais como a UNESCO, o Banco Mundial e o FMI.

[...] podemos apontar que a Cidade Educadora e seu projeto de Escola Cidadã não podem ser um núcleo resistência às propostas da UNESCO pois é este organismo global quem na verdade as patrocina. Da mesma maneira, a Cidade Educadora não pode ser resistência ao Banco Mundial e FMI, estando pautada no construtivismo e na concepção de cidadania participativo-conservacionista que permeia os programas educacionais propostos pelo Consenso de Washington (SANTOS; SOARES, 2009, pp. 186-187).

A bandeira de educação para a cidadania como apontado pelos autores é pautada nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCNs, introduzidos nos temas transversais tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Deste modo, tanto os PCNs quanto a Proposta Curricular do Estado de São Paulo, ambos norteadores da proposta dos conteúdos disciplinares das escolas municipais, propõem que a escola lide com as questões sociais na perspectiva da cidadania, de modo que os professores e alunos se desenvolvam como sujeitos críticos da realidade, situando-se

³ O que são Cidades Educadoras? **Conexão**. Canal Futura, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0ilrKt1jGYo>. Acesso em: 29 dez. 2020.

como participantes no processo de construção da cidadania. Para os autores, há que se considerar que a concepção de cidadania e de direitos destas propostas são naturalistas, ou seja, partem do pressuposto de que a cidadania é uma condição humana e não uma condição histórica, trazendo em seu bojo a ideia de que os seres humanos são sujeitos de direitos simplesmente por nascerem humanos, obscurecendo desta maneira a dimensão sócio-histórico-política que envolve a conquista de direitos pela humanidade; porém, nem sempre o conceito de cidadania é naturalista. Vale ressaltar que neste trabalho acatamos o conceito não naturalista do conceito cidadania. Assim sendo

Cidadania se define pelos princípios da democracia, significando necessariamente conquista e consolidação social e política. A cidadania exige instituições, mediações e comportamentos próprios, constituindo-se na criação de espaços sociais de lutas (movimentos sociais, sindicais e populares) e na definição de instituições permanentes para a expressão política, como partidos, legislação e órgãos do poder público. Distingue-se, portanto, a cidadania passiva – aquela que é outorgada pelo Estado, com a ideia moral do favor e da tutela – da cidadania ativa, aquela que institui o cidadão como portador de direitos e deveres, mas essencialmente criador de direitos para abrir novos espaços de participação política (BENEVIDES, 1994, p. 9).

[...] historicamente a cidadania é uma conquista estabelecida através da luta entre as diferentes classes sociais no mais cru marxismo dialético: a cidadania como condição humana anula a história e encontra sentido apenas nas possibilidades de participação na produção e no usufruto de valores e bens, negando a existência das classes sociais e das lutas neste campo”. (SANTOS; SOARES, 2009, p. 187).

Na cidade que educa, Gadotti (2006) afirma que todos os habitantes usufruem das mesmas oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e de entretenimento que ela oferece. Ideia afirmada no Manifesto das Cidades Educadoras, aprovado em 1990 e revisto em 1994, em que afirma a satisfação das necessidades das crianças e dos jovens, no âmbito das competências do município, pressupõe uma oferta de espaços, equipamentos e serviços adequados ao desenvolvimento social, moral e cultural, a serem compartilhados com outras gerações e perante a tomada de decisões, o município deverá considerar o impacto das mesmas.

O autor ainda ressalta a relação desta cidade com os pais, à medida que esta fornece uma formação que os permitem ajudar seus filhos no crescimento e na utilização da cidade, relação pautada no respeito mútuo. Ou seja, esta cidade possibilita o direito a todos os habitantes de refletir e participar na criação de

programas educativos e culturais e a dispor dos instrumentos necessários que lhes permitem descobrir um projeto educativo, na estrutura e na gestão da sua cidade, nos valores que a fomenta, na qualidade de vida que oferecem nas festas que organiza, nas campanhas que prepara, no interesse que manifesta por eles e na forma de os escutar.

Considerando este contexto, o autor aborda o conceito de “Escola Cidadã” a qual se relaciona com Cidade Educadora na própria origem etimológica das palavras “cidade” e “cidadão”, ambas derivadas da palavra latina “civis”, que significa cidadão, membro livre de uma cidade a que pertence por origem ou adoção, portanto sujeito de um lugar ou que se apropriou do espaço. Ao tratar dos dois conceitos na prática, o autor aponta

Temos uma Escola Cidadã e uma Cidade Educadora quando existe diálogo entre a escola e a cidade. Não se pode falar de Escola Cidadã sem compreendê-la como escola participativa, escola apropriada pela população como parte da apropriação da cidade a que pertence. Nesse sentido, Escola Cidadã, em maior ou menor grau, supõe a existência de uma Cidade Educadora. Essa apropriação se dá por meio de mecanismos criados pela própria escola, como o Colegiado Escolar, a Constituinte Escolar, plenárias pedagógicas e outros. Esse ato de sujeito da própria cidade leva para dentro da escola os interesses e necessidades da população (GADOTTI, 2006, p. 135).

A proposta de Escola Cidadã está diretamente ligada à proposta de Cidade Educadora, como aponta Santos e Soares (2009), pois considera a cidade como espaço de educação do cidadão e a escola como agente no processo de uma educação voltada para a cidadania, pautados na lei nº 9394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em que planeja à educação escolar a preparação para o mundo do trabalho, para o exercício da cidadania e a gestão democrática. Posto isto, os autores realizam uma análise crítica dos documentos que embasam a proposta da Cidade Educadora e os resultados de sua pesquisa indicam

[...] que, apesar do discurso de cidadania proposto, o programa Cidade Educadora não conduz a um projeto com intencionalidade de transformação das condições de desigualdades que configuram a cidade, como da mesma forma a Escola Cidadã, tal qual se apresenta no discurso ainda é uma bandeira, estando no momento, vazia de seu conteúdo histórico e de uma proposta de transformação. (SANTOS; SOARES, 2009, p. 177).

Portanto, ao analisarmos o potencial formativo e os desafios para a Cidade Educadora é importante este olhar crítico sobre a real possibilidade de transformações sociais.

2.2 DESAFIOS E IMPASSES PARA EFETIVAÇÃO DAS CIDADES EDUCADORAS

As cidades grandes ou pequenas dispõem de diversas possibilidades educadoras, porém, em contrapartida, são igualmente sujeitas a forças e inércias deseducadoras. Ou seja, trata-se de um sistema complexo e ao mesmo tempo um agente educativo permanente, plural e poliédrico, capaz de contrariar os fatores deseducativos. Além deste paradoxo exposto, há desafios do século XXI que acarretam no âmbito educacional a serem abordados nesta seção.

Para Gadotti (2006), o grande desafio da escola na Cidade Educadora é traduzir os princípios desta em experiências práticas inovadoras, em projetos que possibilitem a capacitação cidadã da população para que possa ter em seu domínio os destinos da cidade em que mora. Em decorrência aos novos espaços de formação criados pela sociedade da informação, a escola desempenha um papel de integração e articulação de saberes e da cultura.

Ela deixa de ser “lecionadora” para ser cada vez mais “gestora” da informação generalizada, construtora e reconstrutora de saberes e conhecimentos socialmente significativos. Portanto, seu papel é mais de articuladora da cultura, de dirigente e agregadora de pessoas, movimentos, organizações e instituições (GADOTTI, 2006, p. 138).

A Carta das Cidades Educadoras (AICE, 1994) elenca três desafios do século XXI que influenciam a educação como um todo, sendo: (1) investir na educação de cada indivíduo, de maneira que cada um seja capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu potencial humano, assim como sua singularidade, sua criatividade e sua responsabilidade; (2) promover condições de plena igualdade para que todos possam sentir-se respeitados e serem respeitadores, capazes de diálogo; e (3) conjugar todos os fatores possíveis para que se possa construir, cidade a cidade, uma verdadeira sociedade do conhecimento sem exclusões, para a qual é preciso providenciar, entre outros, o acesso fácil de toda a população às tecnologias da informação e das comunicações que permitam seu desenvolvimento.

Na visão de Jachetti (2004) o grande desafio deste século além da questão já abordada do investimento na educação de cada indivíduo visando o desenvolvimento de seu potencial humano, é ter imagem do indivíduo como um membro da comunidade, capaz de dialogar, de confrontar e de cooperar com e para a cidade.

Tendo em conta estes desafios, a Carta das Cidades Educadoras (AICE, 1994), afirma que a Cidade Educadora não procura soluções imediatas, aceita a contradição e propõe processos de conhecimento, diálogo e de participação com o caminho de acordo com a coexistência na e com a incerteza. Além disso, a Cidade Educadora tende a incentivar a formação para a cooperação, atitude que possibilita a construção de novas relações sociais.

Toledo, Flores e Conzatti (2004) apontam que a cooperação não se ensina de maneira imediata, é aprendida através de exemplos e pela organização da cidade e suas comunidades, o que acarreta ao embate perante a herança cultural do individualismo, do isolamento e do conservadorismo. Sobre esta herança, Gadotti (2006) aponta

Não queremos olhar certas coisas da cidade para não nos comprometermos com elas, pois o olhar nos compromete. Vejamos nosso comportamento nos semáforos, quando somos abordados por meninos e meninas de rua. Nossa defesa é não olhar nos olhos deles e delas. Na cidade, buscamos tornar muitos seres invisíveis; isso acontece até em nossas próprias casas, quando a mostramos aos visitantes, mas não apresentamos a empregada ou a faxineira que ali trabalham. Passamos por elas como se fossem transparentes (GADOTTI, 2006, p. 138).

O excerto anterior nos leva ao pensamento de Florestan Fernandes, para este autor não é a escola que educa para a cidadania, e sim a estrutura de poder no Brasil, arcaica e mantida pela classe dominante, que tende a barrar a consciência crítica do povo, porém, a mesma sociedade que cria essa estrutura, também cria sua reação, ou seja, o que foi socialmente construído, pode ser socialmente desconstruído e reconstruído.

A Cidade Educadora pode ser tomada como um movimento de reação, na medida em que visa à construção de uma sociedade educadora-educanda, humanizada, emancipada e solidária.

Santos e Soares (2009) apontam que, embora o projeto da Cidade Educadora carregue todo um aparato teórico que profetiza a liberdade e a democracia, a escola não possui como objetivo a transformação do sistema econômico então vigente, que

promove a globalização perversa e o medo. Ou seja, a Escola Cidadã até pode promover o diálogo participativo nos processos de elaboração de planejamentos escolares, porém, conserva a forma escolar e sua estrutura hierarquizada, à medida que a escola continua uma instituição mantida e patrocinada por um governo que historicamente possui como sua principal fonte de tributos e renda, a indústria capitalista. Os autores ainda afirmam a necessidade de remar contra esta lógica

A contradição econômica na Escola Cidadã é contextualizada de modo a criar no âmbito escolar caminhos para a ação política, educando para ouvir e respeitar as diferenças e as diversidades que compõem a cidade, no entanto, promove a aceitação destas diferenças e diversidades como parte estrutural comum da sociedade de classes. Esta estrutura está presente na forma escolar como nas hierarquias de seu sistema e é importante remar contra esta lógica (SANTOS, SOARES, 2009, p. 190).

Perante os desafios aqui elencados, abordaremos como ponto a ser tomado para a remada contra a lógica existente, o cidadão como agente ativo da cidade e na cidade. Na dimensão da Cidade Educadora, Gadotti, Padilha e Cabezudo (2004) consideram a educação das crianças, jovens e cidadãos em geral responsabilidade não somente das instituições tradicionais (Estado, família, escola), mas também do município, por meio de associações, instituições culturais, empresas com vontade educadora e por todas as instâncias da sociedade, que para de fato realizar-se, necessita da potencialização de formação de agentes educativos não escolares e fortalecimento do tecido associativo entre todas e todos. Deste modo, as ações educativas deverão integrar o conhecimento e a vivência do meio urbano: suas características, vantagens, problemas e soluções. Os autores ainda afirmam que o objetivo prioritário é a formação de cidadãos conhecedores de seus direitos e obrigações com respeito à sociedade e que, a partir do conhecimento e da identificação com a própria cidade, empreendam uma ação participativa e transformadora desta.

3 EXPERIÊNCIAS DE CIDADES EDUCADORAS

Para Simões (2010), no contexto de uma integração social, há as redes internacionais de cidades e, segundo Pozo (1997), estas redes permitem que seus membros integrem um sistema de relações superiores, um acesso a grandes volumes de informação, a consolidar-se como mecanismos de desenvolvimento de política externa, um reforço de funções de liderança e imagem e contribui para uma relativa estabilidade de atuações. Contudo

[...] estas redes são também caracterizadas por algumas dificuldades e ambiguidades. Note-se que os contextos e necessidades são diferentes de cidade para cidade, sobretudo se pensarmos em redes com membros com características muito díspares, algo que poderá inviabilizar o trabalho de cooperação. Por outro lado, como nas redes da economia globalizada, os membros mais fortes e activos tenderão a retirar mais benefícios da rede, o que põe em causa as relações estabelecidas e, no limite, a própria existência da rede (POZO, 1997, p. 130).

Por definição, Simões (2010) aponta que a Cidade Educadora é ela própria uma cidade em rede, uma cidade que se organiza, com todos os seus atores, instituições e intervenientes do espaço urbano, para oferecer, diariamente e ao longo da vida, oportunidades de aprendizagem e formação para todos os seus cidadãos, numa tentativa de aproximação dos cidadãos ao seu território. Ainda trazendo esta dinâmica de redes à temática, Gadotti, Padilha e Conzatti (2004), apontam que a característica mais inovadora da rede das Cidades Educadoras é a difusão de ações, troca de projetos, programas e experiências entre os governos locais e é de extrema importância que os gestores educacionais tenham contato com experiências bem-sucedidas, mesmo que tenha sido realizada em outro contexto.

Pensando nesta importância de compartilhamento de experiências, esta seção apresentará seis Cidades Educadoras e suas respectivas experiências e projetos, sendo: duas cidades brasileiras (Sorocaba e Porto Alegre), três cidades portuguesas (Évora, Torres Novas, Santa Maria da Feira) e uma argentina (Rosário).

3.1 CIDADE EDUCADORA: SOROCABA

Para contextualizar e tratar sobre a experiência de Sorocaba enquanto Cidade Educadora, usaremos a obra de Fernando Assis dos Santos e Maria Lucia de Amorim Soares: “Cidade Educadora e Escola Cidadã na cidade contemporânea”, publicada no ano de 2009. Segundo informações da AICE⁴, Sorocaba é um município brasileiro localizado no interior do Estado de São Paulo com uma população de 687.357 habitantes e é a 4ª cidade mais populosa do interior do estado, segundo o IBGE (2020).⁵

O Programa Cidade Educadora foi implantado em 2007 na cidade de Sorocaba pela gestão municipal do prefeito Vitor Lippi, por meio de um projeto de cooperação técnica entre o governo brasileiro e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). De acordo com os autores, o acordo incluiu o valor de três milhões de reais para serem aplicados em duração prevista para trinta e seis meses, de janeiro de 2007 a janeiro de 2010, e possui como objetivo

[...] fortalecer o planejamento do município no sentido de transformar Sorocaba em uma cidade educadora, por meio de capacitação de funcionários, e colaboradores de programas e ações municipais, assim como através da integração entre estes programas e a avaliação dos resultados obtidos na implantação dos conceitos de cidade educadora desenvolvidos no município (PARCERIA INTERNACIONAL, 2007, p. 1).

A UNESCO visa com a parceria à potencialização das ofertas municipais de planificação urbana, política de meio ambiente, escolas, meios de comunicação entre outras ações e propostas alinhadas às diretrizes das Nações Unidas, almejando uma educação para toda a vida, atingindo todos os grupos etários, em todos lugares e a qualquer momento; frisando a necessidade de conteúdos diversificados e de metodologias que incentivem a aquisição de valores, atitudes e habilidades necessárias para o enfrentamento dos desafios das sociedades contemporâneas (PARCERIA INTERNACIONAL, 2007).

Para Santos e Soares (2009) diante do programa outorgado, a cidade tem como discurso aplicado a promoção de integração entre as pessoas na cidade e a integração destas com os espaços da cidade, por intermédio de ações de

⁴ Cf. <https://www.edcities.org/ciudad/sorocaba>.

⁵ Cf. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sorocaba/panorama>.

planejamento urbano no intuito dos moradores usufruírem da cidade e de suas respectivas potencialidades. Dessa maneira

Os projetos de infraestrutura urbana do programa de Cidades Educadoras em Sorocaba, muitos deles aplicados por ONG'S, apostam na urbanização como forma de ampliação da participação do cidadão na cidade por meio de uma série de projetos que devem interligar todas as secretarias, conforme defende a Carta de Barcelona (SANTOS; SOARES, 2009, p. 184).

Segundo Santos e Soares (2009), o programa Cidade Educadora de Sorocaba é assessorado pelo IPF, ONG sobre a qual discorremos no capítulo anterior, que, juntamente com a Secretaria de Educação, desenvolve o programa Escola Cidadã, que compõe a lista de projetos do programa Cidade Educadora e é voltado diretamente para a implantação nas escolas municipais em todas as modalidades de ensino e nas escolas estaduais de tempo integral da cidade, além de incorporar elementos de práticas implantadas em outras municipalidades. Porém, segundo os autores, o programa Escola Cidadã possui a particularidade de pautar-se na política dialógica entre a escola, a “comunidade escolar” e a Secretaria de Ensino, conforme apresentou Paulo Roberto Padilha, presidente do IPF durante o seminário “Encontro da Escola Cidadã por uma Cidade Educadora”, o qual define

[...] todos os agentes envolvidos no trabalho em ambientes escolares são educadores de apoio; na escola, todos aqueles que direta e indiretamente estão associados ao trabalho educacional da Instituição, como os funcionários da cozinha, os funcionários da limpeza, representantes das APM'S, zeladores entre outros que participam ativamente de um espaço de educação, tendo suas ações aplicadas no cotidiano da escola, contribuem diretamente na formação do aluno. (SANTOS; SOARES, 2009, p. 185).

Este encontro composto de várias sessões objetivou atender todos os membros que compõem o conjunto escolar da rede municipal, expor as bases políticas da Escola Cidadã em Sorocaba e enfatizou a escola como espaço sagrado de construção da civilização moderna e que deve estar pautado pelo prisma da cidadania. Sendo assim, todos envolvidos no ambiente escolar devem participar do processo de discussão e organização escolar, e como ponto de partida para este diálogo está a representação e participação dos educadores no planejamento escolar para a elaboração de um diagnóstico da escola. Visando a continuidade do projeto, é de responsabilidade de todos à medida que participam da decisão e firmam-se em manter na escola projetos de trabalho, instituindo um planejamento socializado de

legitimação. A Secretaria de Educação municipal, por sua vez, deve ouvir os representantes escolares e elaborar o plano educacional a partir da base, ou seja, partir de propostas de pais, alunos e funcionários da escola (SANTOS; SOARES, 2009).

Os eixos centrais do programa são pautados em

[...] fortalecimento da gestão democrática: relacionada diretamente à atualização e elaboração dos projetos eco-político-pedagógicos, formação inicial e continuada aos representantes do conselho de escola, colegiados e APM's; 2. fortalecimento do protagonismo infanto-juvenil: visa criar condições para a participação ativa e criativa das crianças, jovens e adolescentes, na elaboração do projeto eco-político-pedagógico na perspectiva do estatuto da criança e do adolescente, promover a cultura da paz e da sustentabilidade; 3. formação para a elaboração do projeto eco-político-pedagógico de acordo com as principais diretrizes do Programa Sorocaba: Cidade Saudável, Cidade Educadora (SANTOS; SOARES, 2009, p. 185).

Conforme as modalidades de ensino, apresenta-se diferente estrutura e método de aplicação. Dessa forma, o programa da Escola Cidadã de Sorocaba estrutura-se assim: nas instituições de ensino infantil, é desenvolvida uma ação mais voltada para a família, objetivando o fortalecimento da relação entre escola, família e comunidade; já no ensino fundamental, e nas escolas de período integral, são desenvolvidas atividades mais ligadas ao protagonismo infantil e à gestão participativa e, por último, nas escolas de nível fundamental e médio, o destaque está na questão do empreendedorismo e do sistema de gestão integrada, por interface dos programas "Amigos do Zippy", "Leitura do Mundo", para o ensino infantil, "Pedagogia Empreendedora", "Sistema de Gestão Integrada", para o ensino fundamental inicial e "Exercendo a Cidadania", para o ensino fundamental integral.

Salienta-se que, em todas as modalidades de ensino, os programas estão voltados para a construção do Projeto "Eco-Político-Pedagógico" da escola, o qual objetiva a gestão participativa, o fortalecimento da APM e a ampliação da relação escola-família-comunidade-cidade (SANTOS; SOARES, 2009, pp. 185-186).

Consolidando uma boa experiência com o Programa, em fevereiro de 2018, a cidade de Sorocaba foi destaque na página inicial da AICE pelas ações promovidas visando a melhoria da qualidade de vida e o Jornal Norte ainda ressalta: como Cidade Educadora, Sorocaba vem realizando compromissos, trabalhando as escolas como espaço comunitário, tornando-se, então, um grande espaço educador organizando o

aprender na cidade e com a cidade priorizando a formação de valores (SOROCABA, 2018).

O site da cidade da Prefeitura de Sorocaba⁶, consultado em abril de 2021, apresenta como um dos eixos estratégicos da gestão: “Cidade Humana e Educadora”. Este eixo é composto por 10 programas:

Programas da gestão “Cidade Humana e Educadora”

1. Política de Assistência Social	<ul style="list-style-type: none"> • Proteção Social Básica e Especial de Média e Alta Complexidade;
2. Defesa dos Direitos	<ul style="list-style-type: none"> • Defesa de Direitos de Grupos Vulneráveis; Implantação de Rede de Mediação de Conflito
3. Educação Básica	<ul style="list-style-type: none"> • Ensino Infantil e Fundamental e Educação de Jovens e Adultos; • Novas creches e ampliação da Escola em Tempo Integral; • Modernização do ensino com novas tecnologias;
4. Modernização e Valorização da Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação e sofisticação das ações de capacitação; • Aprimorar atenção social aos profissionais.
5. Programa Habitacional	<ul style="list-style-type: none"> • Regularização Fundiária (Casa Legal); • Produção Habitacional (Nossa Casa);
6. Atenção Primária à Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Ações de Assistência à Atenção Básica; • Urgência e Emergência; • Fortalecer a recepção / atendimento na saúde
7. Reestruturação da Rede de Atenção Hospitalar e serviços especializados	<ul style="list-style-type: none"> • Novo Hospital de Clínicas de Sorocaba, na Zona Norte; • Ampliação do número de leitos hospitalares (contratualização e apoio a entidades); Mais tecnologia para modernizar gestão da saúde; • Implantar clínicas descentralizadas de especialidades; • Implantar mais equipes de Saúde da Família
8. Programa Trânsito	<ul style="list-style-type: none"> • Redução dos acidentes e mortes no trânsito com campanhas educativas e sinalização

⁶ Cf. <https://www.sorocaba.sp.gov.br/eixos-estrategicos/cidade-humana-e-educadora>.

9. Segurança Urbana	<ul style="list-style-type: none"> • Segurança Comunitária Escolar e de Próprios e Serviços; • Centro de Operações, Inteligência (COI) e Videomonitoramento (Muralha Eletrônica)
10. Defesa Civil	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência em Emergências

Fonte: Prefeitura Municipal de Sorocaba. Acesso em: 14 abr. 2021.

Pelo exposto, a perspectiva da Cidade Educadora continua sendo adotada como uma ação do governo atual com programas em várias frentes que envolvem uma compreensão ampla de qualidade de vida.

3.2 CIDADE EDUCADORA: PORTO ALEGRE

Para contextualizar e tratar sobre a experiência de Porto Alegre, pioneira do movimento educador no Brasil na década de 1990⁷, usaremos a obra de Leslie Toledo, Maria Luiza Rodrigues Flores e Marli Conzatti, “Cidade Educadora – A experiência de Porto Alegre”, publicado em 2004. Objetivando contextualizar esta cidade, segundo o IBGE⁸ é um município brasileiro e capital do Rio Grande do Sul, contando com uma população de 11.422.973 habitantes.

Segundo Eliezer Pacheco, Secretário Municipal de Educação de Porto Alegre, a educação como política social capaz de emancipar os que estão presos à opressão, inova sua força política em projetos criativos e desafiadores como os que foram afirmados ao longo dos 12 anos de Administração Popular na cidade, em que firma-se a postura contrária ao neoliberalismo, cujo conteúdo ideológico é o individualismo e a competitividade que marcam a sociedade contemporânea. Ou seja

Porto Alegre não se submete a essa política na exata medida em que um projeto popular, nesta cidade, é construído coletivamente. Nos recusamos a formar consumidores no lugar de cidadãos, a submeter a escola à lógica do capital, colocando o currículo como instrumento do simples treinamento de habilidades e técnicas a serviço da reprodução capitalista. Aqui, portanto, realizamos o contraponto ao neoliberalismo em educação, promovido pelo governo federal (TOLEDO; FLORES; CONZATTI, 2004. p.12).

⁷ Cf. <https://www.edcities.org/rede-brasileira/rede-brasileira-de-cidades-educadoras-reforca-parcerias-com-novos-municipios-e-estreita-lacos-com-pioneiros-do-movimento-no-brasil-porto-alegre-rs>.

⁸ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>.

Para Toledo, Flores e Conzatti (2004), o conceito de educação na cidade em questão, não se limita à ação escolar e envolve a cidade em uma perspectiva educadora à medida que o gestor público em uma estrutura de Estado controlada socialmente, administra e transforma a educação em um instrumento a serviço da inclusão e da radicalização democrática. Deste modo, o projeto político-pedagógico da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre delimita que a educação resulta das experiências vivenciadas em todos os espaços da cidade pelo conjunto das organizações governamentais ou não. Um exemplo de atividade que ocorre objetivando a interação comunidade-escola é “Cultura por Aqui”, promovido pela Secretaria Municipal de Cultura, em que peças teatrais são apresentadas na escola durante os finais de semana. Ou seja, a cidade de Porto Alegre trabalha com o conceito de “Cidade Educadora”, logo:

[...] Não se trata de, porém, de uma ação educadora qualquer, mas de uma educação vinculada a um Projeto Democrático e Popular, comprometido com a emancipação dos setores explorados de nossa sociedade; uma Educação Popular, que assimila e supera os princípios e conceitos da escola. Mais do que isso, a Cidade Educadora educa a própria escola e é educada por ela, que passa a assumir um papel mais amplo na superação da violência social. Nossos projetos têm de estar articulados, especialmente, com o conjunto de organismos governamentais ou da sociedade civil organizada, estabelecendo uma relação dialética em que todos somos educadores e educandos (TOLEDO; FLORES; CONZATTI; 2004, p. 13).

Assumindo o caráter educador, a cidade de Porto Alegre usufrui do Orçamento Participativo (OP) que é uma experiência de participação política inovadora, por meio da qual a população define como e onde aplicar a verba da prefeitura e, desse modo, a comunidade se mobiliza para pensar e interferir no dia a dia da cidade. Há a escolha de um conselheiro anual, o qual acompanha todo andamento dos processos no Conselho do OP, na Câmara Municipal e, se necessário, cobra-se das autoridades as providências cabíveis para o projeto tornar-se realidade. O trâmite para definir onde e como aplicar a verba se dá pela disputa por meio de orçamento, mobilização da comunidade visando legitimidade e o voto de apoio, apresentação de argumentos ou ganha a proposta de outro mais articulado. É um processo de apropriação do controle social, em que: o cidadão passa a adquirir uma visão de cidade porque, nessas reuniões, a cidade é discutida como um todo. Aqui, a lição é o resgate e a construção de novos laços de cidadania, que a história sempre faz questão de separar, aos diferenciar ricos e pobres (TOLEDO; FLORES; CONZATTI, 2004, p. 25).

De acordo com Toledo, Flores e Conzatti (2004), o OP foi incluído na rede pública municipal de ensino, que se constitui pelo próprio OP, que, desde 1998, elabora um plano comum feito por diversas escolas de uma mesma região para levar as assembleias do OP escolar. É perceptível a questão da solidariedade, na medida em que: se determinada escola tem tudo, realmente a comunidade participa de uma decisão, e aquele “recurso”, que seria utilizado para uma viagem, ou uma festa, talvez seja destinado para uma outra escola, a fim de suprir suas necessidades mais urgentes.

Portanto, Porto Alegre é uma Cidade Educadora, pois oferece a todos o seu espaço e suas possibilidades, envolvendo-se com cada um de seus moradores e incentivando-os a exercerem a função de cidadãos, superando o discurso do “eu” em prol do “nós”, além de que

Porto Alegre é uma cidade que muda a vida das pessoas, que educa, voltando-se para a inclusão social e a cidadania. É um espaço de poder local, em que a transparência, a participação popular e a democracia são reais, são valores consolidados nas mentes e nos corações daqueles que compõem a comunidade porto-alegrense; (TOLEDO; FLORES; CONZATTI; 2004, p .26).

Por meio da Rede Brasileira de Cidades Educadoras (daqui em diante, REBRACE) que objetiva de forma organizada e planejada o crescimento e consolidação do projeto em todo território nacional, se dá o último registro de Porto Alegre enquanto Cidade Educadora, em 2019, postado no site da AICE.⁹ O registro consiste em uma reunião dos coordenadores da REBRACE, Ramires Mauricio Brilhante e Paulo Rogério Candido, que se deslocaram para o Rio Grande do Sul com Gustavo Bohrer Paim, vice-prefeito, e com Adriano Naves de Brito, secretário de Educação e representante político do Cidade Educadora do município, objetivando a missão de ampliar a rede de articulação, a troca de experiência com a cidade e resgatar a identidade de Cidade Educadora presente no cotidiano do município. Segundo Paulo Rogério Candido, a reunião foi positiva e facilitada pela compreensão que o vice-prefeito possuía dos valores e do direito à uma Cidade Educadora; e, com Adriano, a mesma facilidade de trato e resolução se apresentou, salientando a percepção de que o secretário valoriza a ética das questões e a busca por soluções

⁹ Cf. <https://www.edcities.org/rede-brasileira/rede-brasileira-de-cidades-educadoras-reforca-parcerias-com-novos-municipios-e-estreita-lacos-com-pioneiros-do-movimento-no-brasil-porto-alegre-rs>.

eficientes. Porém, em agosto de 2021, a cidade retoma para a rede brasileira de Cidades Educadoras.¹⁰ Deste modo, cabe a reflexão sobre até que ponto se considera a importância a continuidade das políticas públicas independentemente de qual partido está no mandato e de seus interesses políticos e partidários.

3.3 CIDADES EDUCADORAS: ÉVORA, SANTA MARIA DA FEIRA E TORRES NOVAS

Para abordar as experiências de três municípios portugueses: Évora, Santa Maria da Feira e Torres Novas, utilizaremos a obra “Cidades em rede e redes de cidades: O movimento das cidades educadoras”, de Jorge Manuel Salgado Simões, publicado em 2010. Inicialmente, abordaremos o município de Évora, que, de acordo com a AICE¹¹, é a capital da região portuguesa do Alentejo e tem 56.600 habitantes, localizada a 120 km a leste de Lisboa e é considerada como uma "cidade museu" graças à preservação do testemunho arquitetônico e artístico de cada uma das civilizações que a habitaram, tendo o centro histórico declarado Património Mundial pela UNESCO em 1986. E assim, enquanto membro da rede territorial portuguesa, pertence ao grupo de municípios que aderiu à AICE após o congresso internacional de Lisboa, em 2000, em que teve conhecimento do movimento das Cidades Educadoras, através de um contato exploratório por parte de Lisboa.

Simões (2010) explica que, para Sancho Gomes, técnico da Divisão de Educação da Câmara Municipal de Évora, é possível identificar como grande problema dos espaços urbanos da atualidade a falta de vivência coletiva na cidade. E mais

As cidades são cada vez menos construídas para as pessoas, com espaços públicos e de convívio cada vez mais limitados. A cidade perdeu a sua dimensão de comunidade, com repercussões a vários níveis. Ora, nesta cidade que cresce de costas voltada para as pessoas, não há promoção da cidadania nem convite ou apelo à participação (...)" (SIMÕES, 2010, p. 61).

¹⁰ Cf. <https://prefeitura.poa.br/smtc/noticias/porto-alegre-retorna-para-rede-das-cidades-educadoras>.

¹¹ Cf. <https://www.edcities.org/ciudad/evora>.

Ao localizar a preocupação perante a falta de vivência coletiva na cidade, fundamenta-se a adesão de Évora às Cidades Educadoras, procurando a promoção de uma nova cidadania através de uma intervenção reforçada na área da educação, com um conjunto de projetos que ultrapassam as competências municipais legisladas. Entre esses projetos, que se enquadram nos princípios da Carta das Cidades Educadoras, temos: na área da promoção da educação ambiental, o projeto “Évora AMIGA”; na área de promoção da leitura, “A Fada Palavrinha” e o “Gigante das Bibliotecas”; na área de fomento do voluntariado entre gerações, o projeto “Okup@-te”, e, por fim, na área de promoção das tecnologias e de educação para o património, o “Núcleo Museológico do Alto de São Bento” (Simões, 2010). De acordo com ele, o município de Évora, entendendo a educação como um vetor fundamental para o desenvolvimento sustentável, está implementando um plano global de intervenção, estruturado em dois eixos: (i) a promoção de projetos socioeducativos e a criação de recursos educativo-culturais, com o projeto “A loja dos sonhos”, que consiste em

A Loja dos Sonhos nasce da requalificação de um autocarro como centro sócio-pedagógico interactivo. Como recurso itinerante, ele encontra-se em circulação permanente por todos os bairros da cidade, descentralizando recursos educativos e tecnológicos que, de outra forma, não estariam à disposição da população que reside em áreas mais distantes do centro urbano. As actividades são desenvolvidas por uma equipa formada por duas educadoras e geridas por uma equipa multidisciplinar. Em período lectivo encontra-se ao serviço exclusivo das escolas. Aos fins-de-semana e períodos de férias, o autocarro é rentabilizado com iniciativas dirigidas a outros públicos. O autocarro está permanentemente ao serviço de projectos de educação não formal desenvolvidos pelo município de Évora, deslocando-se a todas as escolas do concelho. Nele, são realizadas distintas actividades lúdico-didácticas, que têm como base a tecnologia. Para cada projecto educativo é construído um cenário próprio, decorado com elementos cénicos associados a diferentes temas. Como recursos polivalente, realizaram-se já acções dirigidas a outros públicos que não o público escolar, principalmente ao nível da formação e certificação de competências em TIC e acção de sensibilização nas áreas da saúde, ambiente, entre outras. Trata-se de um recurso ao serviço da comunidade e que pode ser requisitado por outras entidades (SIMÕES, 2010, p. 62).

Diante do projeto apresentado, Simões (2010) conclui que o município de Évora busca oferecer maiores possibilidades de desenvolvimento individual dos seus cidadãos, promovendo o conhecimento e o contato com as novas tecnologias aos diferentes grupos populacionais, e para isso recorre a um equipamento móvel que permite chegar a todos os locais, e especialmente a contextos onde, de outra forma, esta oferta estaria sempre comprometida.

Como Évora, Santa Maria da Feira¹², um município português localizado ao norte do país, que possui uma população de 139.313 habitantes, aderiu à AICE depois de 2000, tendo tido conhecimento do movimento por meio da internet e de contatos estabelecidos com municípios já associados. Segundo Simões (2010), o município traz a mesma justificativa para a adesão à AICE: a questão da cidadania como elemento a se considerar numa gestão urbana atual, numa lógica de necessidade de aproximação dos cidadãos ao seu território e patrimônio, para que, dessa forma, o valorizem, contribuindo para um processo de desenvolvimento que se pretende coletivo.

Ao tratar dos projetos, Simões (2010) traz a “Assembleia de crianças”, que

O projecto Assembleia de Crianças promove a participação activa dos alunos e alunas, tomando como referência a Convenção dos Direitos das Crianças. Trata-se de ouvir as ideias dos mais pequenos, fazê-los reflectir sobre o lugar em que vivem e debater as suas propostas e a forma de as concretizar. A Assembleia de Crianças integra o projecto educativo municipal cujo tema é “o município aberto à cidadania”, sendo que a Assembleia é constituída por 31 crianças, uma por cada uma das 31 freguesias do concelho. As turmas seleccionadas fazem visitas e investigações, tendo em vista a preparação da Assembleia de Crianças, em que os pequenos governantes dão a conhecer os problemas detectados e propõem soluções. Os quatro temas propostos são “meio ambiente”, “solidariedade”, “cultura e ócio” e “segurança e qualidade de vida”. Cada grupo opta por uma destas áreas e desenvolve um trabalho de campo exaustivo através de registos escritos, vídeos e fotografias. Uma vez recolhidos os dados, os alunos analisam todos os problemas e propõem soluções. O momento alto do projecto é a realização da sessão da Assembleia de Crianças, em que os 31 membros do órgão se reúnem com os membros da Assembleia Municipal. (SIMÕES, 2010, p. 64).

Diante do projeto, Simões (2010) salienta a promoção da participação dos mais jovens nas decisões coletivas que a cidade toma para o seu desenvolvimento, que é claramente um projeto típico de uma Cidade Educadora; ainda, ressalta que o projeto “Assembleia de Crianças” é inspirado na Convenção dos Direitos da Criança, cujos princípios também estão presentes na Carta das Cidades Educadoras.

Após tratar dos municípios anteriores, falemos de Torres Novas, cidade que aderiu à AICE em 2006 e, desde o final de 2008, é membro ativo da comissão de coordenação. O município, segundo Simões (2010), usufrui da ferramenta de trocas de experiências com outros membros da AICE, como podemos observar em

(...) a acção do Município de Torres Novas procura, no quadro das atribuições e competências dos seus órgãos, obter o que é definido como Cidade

¹² Cf. <https://www.edcities.org/ciudad/santa-maria-da-feira>.

Educadora. Neste sentido, pensamos ser de todo relevante a adesão a um movimento que se orienta por princípios tão consensuais como os apresentados, não só por uma questão da necessidade de presença do município numa rede global num momento em que é extremamente importante obter relevância internacional decorrente do processo globalizador, mas também porque esta adesão permite a inserção num banco internacional de experiências e actividades de cidades e municípios, que se podem revelar úteis e enriquecedoras para a acção do Município de Torres Novas no que respeita ao sistema educativo e a toda a sua envolvente (Acta da reunião de Câmara, de 31/01/2006)” (SIMÕES, 2010, p. 65).

O projeto “Feira do ambiente de Torres Novas”, que se enquadra na Década das Nações Unidas de Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), objetiva promover o desenvolvimento de uma geração mais informada, consciente e respeitadora dos valores ambientais. Considera-se feira como espaço de exposições de produtos, de troca e um lugar privilegiado de partilha de ideia e projetos que podem resultar em novos encontros, trocas e frutos. Apesar da existência de iniciativas de educação ambiental, há uma relativa distância entre os conhecimentos e as práticas e, à escala local, percebe-se um desconhecimento das práticas de sustentabilidade desenvolvidas, por ONGs do país e por instituições locais. Assim, a feira do ambiente nasce como uma proposta para promover mais ações a favor da sustentabilidade, fomentando o contato entre diferentes entidades e a colaboração entre elas (SIMÕES, 2010, p. 66).

Após tratar de experiências dos três municípios, Simões (2010) aponta que as Cidades Educadoras se preocupam em acrescentar algo à própria rede, através de uma participação ativa nas atividades da AICE e da vontade expressa em prosseguir os princípios da Carta das Cidades Educadoras. Além da preocupação evidenciada, vale destacar que, nos três municípios analisados, o pelouro da educação é o responsável pela participação na AICE – algo generalizado à grande maioria dos seus associados e que conduz a uma concentração das intervenções dirigidas à população em idade escolar e a temáticas muito próximas da educação formal, de resto observáveis nos exemplos analisados.

Esta concentração provoca uma dificuldade já identificada, de pouca abertura a projetos desenvolvidos em outras áreas de intervenção municipal, cujas propostas também se encontram na Carta das Cidades Educadoras. Assim, o autor conclui que, para contrariar esta tendência, é necessário que os vários serviços municipais incorporem a adesão à AICE como referencial de atuação, permitindo uma troca de experiências em áreas tão díspares como, por exemplo, a gestão do edificado e dos

limites urbanos, a conservação e valorização do património cultural ou a promoção da participação dos cidadãos nas opções de desenvolvimento urbano.

De acordo com o canal *Educating Cities*¹³, consultado em maio de 2021, Évora se considera e atua como um lugar de promoção de sinergias entre pessoas, instituições e espaços, promovendo a possibilidade de aprender a cidade e aprender na cidade. Isso se dá num processo contínuo e dinâmico de aprendizagem em que todos protagonizam e podem intervir, preservar e veicular a memória coletiva; ou seja, Évora é uma cidade viva e em permanente construção.

Emídio Souza, presidente da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira, por meio do *Educating Cities*¹⁴, consultado em maio de 2021, aponta que a maior descoberta da humanidade é a educação e que, através dela, à medida em que a valorizamos, transformam-se a cultura, o conhecimento, a investigação e a humanidade.

Na liderança de cidadãos completos que objetivam a formação de cidadão para a cidadania, a cidade de Santa Maria da Feira atua e se preocupa em/com diferentes núcleos para desenvolvimento de projetos, como: (a) Educação inclusiva ao longo da vida; (b) Acesso de todos à informação; (c) Espaço público habitável; (d) Acesso à cultura; (e) Governança e participação dos cidadãos; (f) Diversidade e não discriminação; (g) Política educativa ampla; (h) Identidade da cidade; (i) Diálogo intergeracional; (j) Sustentabilidade; (k) Conhecimento do território; (l) Inclusão e coesão social; (m) Promoção da saúde; e (n) Promoção de voluntariado e correspondente contra as desigualdades.

A cidade de Torres Novas, através do registro feito pelo canal *Educating Cities*¹⁵ atua e se preocupa em/com diferentes núcleos para desenvolvimento de projetos, sendo: (a) Apoio a saúde e instituições sociais; (b) Distribuição de meios de proteção às pessoas e entidades; (c) Reforço de equipamentos para as escolas e para as famílias; (d) Manutenção das principais atividades e projetos culturais do teatro; e (e) Valorização do patrimônio da biblioteca e do museu.

Analisando as informações expostas acima sobre as três cidades e o site da AICE, consultado em abril de 2021, em que constam experiências recentes, de 2020 e 2021, destas cidades enquanto Cidades Educadoras, observa-se a permanência

¹³ Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=KpgPa1RDSGo>.

¹⁴ Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=4OpbWiiUhjM>.

¹⁵ Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=zop5CLTnWZl>.

das três cidades no compromisso e objetivo de partilhar, aprender, trocar e, por consequência, enriquecer a vida de seus habitantes.

3.4 CIDADE EDUCADORA: ROSÁRIO

Para abordar a experiência da Cidade Educadora de Rosário¹⁶, situada no extremo Sudeste da província de Santa Fé, no coração da Pampa Húmeda, a 310 km de Buenos Aires, utilizaremos o vídeo produzido pelo Canal Futura, em 2018, “Cidade Educadora em Rosário | Destino Educação – Escolas Inovadoras (Argentina)”, em uma iniciativa da Associação Nacional da Indústria. O vídeo é composto por declarações de personagens importantes para Rosário quanto Cidade Educadora, sendo: (i) Maria Angel “Chiqui” Gonzáles, especialista em educação e idealizadora do Tríptico da infância e ministra do governo de Santa Fé; (ii) Guillermo Rios, secretário de Cultura e Educação Municipal de Rosário; (iii) Carolina Balparda, diretora-geral de Pedagogia Urbana da Secretaria de Cultura e Educação Municipal de Rosário; (iv) Izabel Zurbriggen, diretora da Escuela República de Bolívia; (v) Griselda Feldman, diretora da Escola Normal Superior Número 1; (vi) Georgina Habebrich, professora de História da Escola Normal Superior Número 1; (vii) Hector Miranda, professor de Educação Física ligado à instituição “La Florida” e Silvia Moya, diretora da Escola Leandro N. Alem.

Gonzáles (apud CIDADE, 2018) aponta que a cidade de Rosário, instituída como Cidade Educadora, possui o salário de docentes mais alto do país, escolas com jornada ampliada, aposentadoria de até 82% do salário na ativa profissional e discentes possuem acesso a todo tipo de conteúdo, como arte, idiomas e empreendedorismo. Para isso ser possível, fez-se necessário, segundo Rios (apud CIDADE, 2018), uma série de transformações para empreender uma série de políticas, como traz Gonzáles (apud CIDADE, 2018): o rio que era fechado pelo porto e por entidades portuárias foi transformado em “Rivera Cultural” pelo estado, o que significou o pontapé inicial da transformação urbanística da cidade e resultou no primeiro espaço cultural, o “Parque da Espanha”.

¹⁶ Cf. <https://www.edcities.org/ciudad/rosario-6>.

Balparda (apud CIDADE, 2018) declara que uma Cidade Educadora tem de possibilitar uma cidade cotidiana, em que a forma que desfrutarmos e habitamos carrega um potencial educador. No sentido de abordar este potencial, há o “Tríptico da Infância”, em que constam três espaços públicos que oferece um território de possíveis aprendizagens e são administrados pela Secretária de Cultura e de Educação, a partir do qual se empreendem propostas de diversas áreas municipais, como a “Granja da Infância”, o “Jardim das Crianças” e a “Ilha das Invenções”. Moya (apud CIDADE, 2018) ainda ressalta que, no caso particular do “Tríptico da Infância”, o local e toda área de pedagogia urbana formam parte da prefeitura de Rosário, que participa de forma ativa.

Especifiquemos cada espaço. A “Granja da Infância”, para Zurbriggen (apud CIDADE, 2018), consiste em um jogo entre natureza e cultura, com paisagem natural e intervenções e seu material de comunicação é o próprio corpo. Por sua vez, o “Jardim das Crianças”, de acordo com Balparda (apud CIDADE, 2018), é uma máquina de imaginar, à medida em que possibilita a expansão de possibilidades e de imaginação a partir dos elementos espalhados pelo local e pela poética de cada utilizador. Por fim, a “Ilha das Invenções” ocorre na forma de quermesse e trabalha a ideia de “Quem somos, o que desejamos e o que nos faz feliz?” por meio de metamorfoses ao decorrer do jogo.

Rios (apud CIDADE, 2018) aponta a necessidade de trabalhar uma cultura instalada nas funções da escola, à medida em que não se considera simples a adesão das escolas às propostas inovadoras, mas não impossível. A Escola Normal Superior, de acordo com Feldman (apud CIDADE, 2018), oferece aos alunos as mesmas disciplinas em diferentes idiomas, objetivando a abertura de visão de mundo diferente do habitual, conectando-se com o redor do mundo de forma estática e integrando os alunos com o “novo” de forma natural, no dia a dia.

Reafirmando a ideia posta por Habebich (apud CIDADE, 2018) de relacionar a aula como um permanente diálogo por meio do qual se constrói o conhecimento de maneira conjunta, há a Escola Municipal de Dança e Arte Cénica e “La Florida”. A primeira, instituída de forma pública, possibilita a todos seus usuários acesso à arte e, segundo relato dos alunos, há troca de experiências que acarreta no aperfeiçoamento do aprendizado; “La Florida”, por sua vez, de acordo com Miranda (2018), trabalha o esporte como pretexto para reunir a juventude para momento de partilha e socialização.

À guisa de conclusão, Gonzáles (apud CIDADE, 2018) afirma que a cidade enquanto Cidade Educadora ensina as primeiras linguagens, o movimento do corpo em seus espaços e a existência do tempo/espaço, além de ensinar que cada escola é uma escola da vida e que a arte é a arte de viver. Ou seja, a arte de saber quem somos, o que vamos aprender e o que procuramos aprender por si só, não tendo algo imposto por um sujeito de maior autoridade, no caso, relacionado à figura do professor.

Rosário, de acordo com o informe do dia internacional da Cidade Educadora¹⁷, analisado em maio de 2021, permanece membro da AICE, objetivando promover a conscientização sobre a importância da educação para um todo enquanto cidade e cidadãos e possui compromisso enquanto governo local para colocá-la como um vetor gerador de bem-estar, coexistência, prosperidade e coesão social.

3.5 CIDADE EDUCADORA: QUAIS SERIAM OS CAMINHOS PARA TORNAR-SE UMA?

Ao retomarmos a ideia debatida por Simões (2010), de que a Cidade Educadora é ela própria uma cidade em rede, uma cidade que se organiza, com todos os seus atores, instituições e intervenientes do espaço urbano, para oferecer, diariamente e ao longo da vida, oportunidades de aprendizagem e formação para todos os seus cidadãos e as experiências aqui expostas, há nestas, a afirmação deste movimento “em rede”, de participação ampla e popular.

Quando Toledo, Flores e Conzatti (2004) afirmam que, para consolidar a educação como base da construção da cidadania, faz-se necessária a socialização do conhecimento e que esta pode acontecer nas inúmeras possibilidades que a Cidade fornece, justificam-se os diversos projetos das cidades de Sorocaba, Porto Alegre, Évora, Santa Maria da Feira, Torres Novas e Rosário – projetos estes que englobam âmbitos educacionais, sociais e culturais em busca de fazer com que cada cidade atue como agente educador promotor da prática da liberdade, do respeito e do interesse de opinião advinda do pluralismo da cidadania e da diversidade.

¹⁷ <https://www.edcities.org/dia-internacional-2020/wp-content/uploads/sites/62/2017/01/INFORME.pdf>.

Porém, quando tratamos de “agente educador”, segundo Gonzáles (2018), o protagonismo pode acabar centralizado na família e na escola, esquecendo que é a cidade o grande cenário de aprendizagem humana. Dessa forma, quais seriam os caminhos para uma cidade tornar-se educadora e poder ter experiências como as expostas anteriormente?

4 CAMINHOS PARA AS CIDADES TORNAREM-SE EDUCADORAS

Antes de tratar sobre os trâmites para se tornar um membro da AICE, faz-se necessário estar ciente de quais compromissos devem ser assumidos pelas cidades que se subscrevem como educadoras. Para isso, a Carta das Cidades Educadoras¹⁸, elaborada em novembro de 1990 e revista em 2004, no III Congresso Internacional da AICE em Génova – período em que suas abordagens se adaptaram aos novos desafios e necessidades sociais – apresentam princípios que são elencados em três tópicos – (1) O direito a uma cidade educadora; (2) O compromisso com a cidade; e (3) Ao serviço integral das pessoas – que serão desenvolvidos neste capítulo.

Como *direito a uma Cidade Educadora*, a Carta declara que

1. Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidade de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. Enquanto governo da cidade, ter o objetivo de suprimir os obstáculos de todos os âmbitos incluindo as barreiras físicas que possam impedir o exercício do direito à igualdade. Assim, tanto a administração municipal como outras administrações que possuem influência na cidade e os seus habitantes deverão igualmente comprometerem-se neste empreendimento;
2. A cidade deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz do mundo, de forma também, a combater toda forma de discriminação;
3. A Cidade Educadora deverá encorajar o diálogo entre gerações, na procura de projetos comuns e partilhados entre grupos de pessoas de idades distintas;
4. As políticas deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação, ou seja, uma política educativa ampla, com caráter transversal e inovador a qual compreende todas as modalidades de educação formal, não formal e informal;
5. Os municípios deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação. Desta forma, o papel da administração municipal é o de definir as políticas locais que se revelarão possíveis e o de avaliar sua eficácia;
6. Os responsáveis pela política municipal de uma cidade deverão possuir formação precisa sobre a situação e as necessidades de seus habitantes para visarem uma atuação adequada a realidade, e deverá consideração em cada ação o seu impacto educador e formativo (AICE, 1994, online).

Já no âmbito de *compromisso da cidade*, a carta traz os seguintes pontos

7. A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa, o que a fará única. À partida, deverá promover o conhecimento, a aprendizagem e a utilização das línguas presentes na cidade enquanto elemento integrador e fator de coesão entre as pessoas;

¹⁸ Cf. <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf>.

8. A transformação e o crescimento duma cidade devem preceder pela harmonia entre as necessidades e perpetuação de construções e símbolos que constituam referências claras ao seu passado e à sua existência. Dessa forma, o ordenamento do espaço físico urbano deverá atentar-se às necessidades de acessibilidade, encontro, relação, jogo e lazer e duma maior aproximação à natureza;
9. A Cidade Educadora deverá fomentar a participação cidadã com uma perspectiva crítica e corresponsável. Para isto, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, na transversalidade, as orientações e as atividades de formação em valores éticos e cívicos;
10. O governo municipal deverá dotar a cidade de espaços, equipamentos e serviços públicos adequados ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos os seus habitantes, prestando atenção à infância e à juventude;
11. A cidade deverá garantir a qualidade de vida de todos seus habitantes e desta forma, promover equilíbrio com o ambiente natural, o direito a um ambiente sadio, além do direito ao alojamento, ao trabalho, aos lazares e aos transportes públicos. E mais, a promoção ativa em relação a educação para a saúde e a participação de todos os habitantes nas boas práticas de desenvolvimento sustentável;
12. O projeto educador explícito e implícito na estrutura e no governo da cidade, os valores que esta encoraja, a qualidade de vida que oferece, as manifestações que organiza, as campanhas e os projetos que prepara, deverão utilizar-se de instrumentos que permitam os indivíduos a crescer pessoal e coletivamente (AICE, 1994, online).

Por fim, *ao serviço integral das pessoas*, a carta dispõe

13. O município deverá avaliar o impacto das ofertas culturais, recreativas, informativas, publicitárias ou de outro tipo e as realidades que as crianças e jovens recebem sem qualquer intermediário;
14. A cidade deverá procurar que todas as famílias recebam uma formação que lhes permitirá ajudar os seus filhos a crescer e a apreender a cidade, num espírito de respeito mútuo;
15. A cidade deverá oferecer aos seus habitantes a possibilidade de ocuparem um lugar na sociedade e para este feito, as cidades deverão definir estratégias de formação que tenham em conta a procura social e colaborar com as organizações sindicais e empresas na criação de postos de trabalho e de atividades formativas de carácter formal e não formal, sempre ao longo da vida;
16. As cidades deverão estar conscientes dos mecanismos de exclusão e marginalização que as afetam e as modalidades que eles apresentam assim como desenvolver as políticas de ação afirmativa necessárias. Deverão, em particular, ocupar-se dos recém-chegados, imigrantes ou refugiados, que têm o direito de sentir com toda a liberdade, que a cidade lhes pertence;
17. As intervenções destinadas a resolver desigualdades podem adquirir formas múltiplas, mas deverão partir duma visão global da pessoa, dum parâmetro configurado pelos interesses de cada uma destas e pelo conjunto de direitos que a todos assistem. Toda a intervenção significativa deve garantir a coordenação entre as administrações envolvidas e seus serviços. É preciso, igualmente, encorajar a colaboração das administrações com a sociedade civil livre e democraticamente organizada em instituições do chamado sector terciário, organizações não governamentais e associações análogas;
18. A cidade deverá estimular o associativismo enquanto modo de participação e corresponsabilidade cívica com o objetivo de analisar as intervenções para o serviço da comunidade e de obter e difundir a informação, os materiais e as ideias, permitindo o desenvolvimento social, moral e cultural das pessoas. Por seu lado, deverá contribuir na

- formação para a participação nos processos de tomada de decisões, de planeamento e gestão que exige a vida associativa;
19. O município deverá garantir uma informação suficiente e compreensível e encorajar os seus habitantes a informarem-se. Atenta ao valor que significa selecionar, compreender e tratar a grande quantidade de informação atualmente disponível, a Cidade Educadora deverá oferecer os recursos que estarão ao alcance de todos. O município deverá identificar os grupos que necessitam de uma ajuda personalizada e colocar à sua disposição pontos de informação, orientação e acompanhamento especializados. Ao mesmo tempo, deverá prever programas formativos nas tecnologias de informação e comunicações dirigidos a todas as idades e grupos sociais a fim de combater as novas formas de exclusão;
 20. A Cidade Educadora deverá oferecer a todos os seus habitantes, enquanto objetivo cada vez mais necessário à comunidade, uma formação sobre os valores e as práticas da cidadania democrática: o respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública, seus programas, seus bens e serviços (AICE, 1994, online).

É válido considerar o caráter aberto e mutável da carta¹⁹, já que ela se baseia na rápida evolução social, que, por sua vez, exige mudanças e reformulações no documento. Tendo esclarecido quais são os compromissos e os valores e princípios neles manifestados, abordaremos o trâmite, ou melhor, o caminho para, enfim, tornar-se membro da AICE.

4.1 O TRÂMITE PARA ASSOCIAR-SE À AICE

Qualquer cidade disposta a subscrever aos princípios da Carta das Cidades Educadoras pode aderir à AICE a partir dos seguintes procedimentos que se encontram no site da AICE²⁰: (a) aprovação da adesão por parte do órgão máximo de decisão municipal dos políticos eleitos (Assembleia Municipal ou outros); (b) cumprimento dos princípios da Carta das Cidades Educadoras; (c) participação nos canais de debate, intercâmbio e colaboração da AICE; e, por fim, (d) o pagamento da quota anual correspondente dentro dos prazos previstos.

Após os procedimentos anteriormente esclarecidos, seguindo as orientações da AICE, são necessários os seguintes procedimentos para a formulação da adesão: (i) preenchimento de todos os campos do formulário de adesão à AICE (cf. Anexo A) e subscrição da Carta das Cidades Educadoras, assinada pelo/a

¹⁹ Cf. <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf>.

²⁰ <https://www.edcities.org/pt/como-tornar-se-associado>. Acesso em: 17 mai. 2021.

Presidente da Câmara e ratificada pelo órgão municipal competente dos políticos eleitos (Conselho Municipal, Conselho Plenário ou outros); (ii) envio da cópia do acordo do órgão mencionado e o formulário de adesão ao Secretariado da AICE; e (iii) o pagamento da quota correspondente à quantidade de habitantes da cidade (cf. Anexo B).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos deste trabalho foram: conceituar cidades educadoras, seus princípios, objetivos e possíveis impasses; levantar experiências de cidades que são educadoras; e, por fim, apontar os trâmites necessários a fim de que as cidades se tornem Cidades Educadoras.

Desta maneira, foi desenvolvida a ideia de “Cidade Educadora” como aquela que assume intencionalidade e responsabilidade na formação, na promoção e no desenvolvimento de seus habitantes – de todas as faixas etárias. Assim, entende-se que a responsabilidade da educação dos cidadãos em geral – para além de instituições tradicionais como o Estado, a família e a escola – é, também, papel do município, por meio de associações, instituições culturais, empresas engajadas na educação e, enfim, por todas as instâncias da sociedade, assim como apontam Gadotti, Padilha e Cabezudo (2004).

De acordo com Gadotti (2006), em uma cidade que educa, todos os habitantes devem usufruir das mesmas oportunidades de formação, desenvolvimento pessoal e entretenimento que o espaço e as instituições oferecem. Santa (2021) pontua que, se a cidade objetiva uma sociedade evoluída, culta e cidadã, faz-se necessário apostar na educação em suas diferentes vertentes: formal, informal e não formal, tendo, na liderança, cidadãos completos, que possam participar de forma ativa na cidade.

No âmbito das experiências elencadas – de Sorocaba, Porto Alegre, Évora, Santa Maria da Feira, Torres Novas e Rosário –, apenas Porto Alegre desligou-se da AICE e depois retornou. Este fato remete e justifica a necessidade do projeto de Cidade Educadora fazer parte de uma política de Estado permanente, a fim de que não seja desligada quando há troca de mandato do governo local. E, em todas essas experiências existem projetos que englobam questões educacionais, sociais e culturais, na busca de fazer com que cada cidade atue como agente educador promotor da prática da liberdade, do respeito e do interesse a opiniões advindas do pluralismo de ideias, da diversidade e do exercício da cidadania.

Por fim, após debatida a problemática, tratamos de como tornar-se membro da AICE e de quais procedimentos são necessários, sendo eles: a aprovação da adesão por parte do órgão máximo de decisão municipal dos políticos eleitos (Assembleia Municipal ou outros), o cumprimento dos princípios da Carta das Cidades Educadoras,

a participação nos canais de debate, intercâmbio e colaboração da AICE e o pagamento da quota anual dentro dos prazos previstos, além de, é claro, o preenchimento de todos os campos do formulário de adesão à AICE e subscrição da Carta das Cidades Educadoras – assinada pelo/a Presidente da Câmara e ratificada pelo órgão municipal competente dos políticos eleitos (Conselho Municipal, Conselho Plenário ou outros) –, o envio da cópia do acordo do órgão mencionado e do formulário de adesão ao Secretariado da AICE e, finalmente, o pagamento da quota correspondente ao número de habitantes da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AICE – Associação Internacional de Cidades Educadoras. [s.d.]. **Carta de Cidades Educadoras**. Disponível em: <https://www.edcities.org/rede-portuguesa/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/Carta-das-cidades-educadoras.pdf>. Acesso em: 28 jul. 2020.

AICE – Associação Internacional de Cidades Educadoras. **Carta das cidades educadoras – Declaração de Barcelona (1990)**. In: III Congresso Internacional de Cidades Educadoras, 1994. Disponível em: <https://cidadeseducadoras.org.br/wp-content/uploads/2016/06/carta-cidades-educadoras-barcelona.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

AIETA, V. S.; ZUIN, A. L. A. Princípios Norteadores da Cidade Educadora. **Revista de Direito da Cidade**, [S.l.], v. 4, n. 2, pp. 193-232, 2012.

BENEVIDES, M. V. de M. **Cidadania e Democracia**. São Paulo: Lua nova, 1994.

CENPEC – Centro de Estudos em Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. Carta das Cidades Educadoras. **Cadernos Cenpec**, [S.l.], v. 1, n. 1, mai. 2006.

CIDADE Educadora em Rosário. **Destino Educação: Escolas Inovadoras (Argentina)**. Canal Futura, 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3PpyBbrcqE>. Acesso em: 17 fev. 2021.

GADOTTI, M. A escola na cidade que educa. **Cadernos Cenpec**, [S.l.], v. 1, n. 1, mai. 2006.

GADOTTI, M.; PADILHA, P. R.; CABEZUDO, A. (Orgs.). **Cidade Educadora: princípios e experiências**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire; Buenos Aires: Cidades Educadoras América Latina, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

JACHETTI, J. A administração pública participativa da cidade educadora. In: TOLEDO, L.; FLORES, M. L. R.; CONZATTI, M. **Cidade Educadora: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Cortez, 2004.

KETZER, P.; SCHEFFER, A. P. Cidades educadoras e educação em humanidades. **Filosofia e Educação**, Campinas, v. 12, n. 2, pp. 1055-1068, 2020.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, pp. 37-45, 2007.

PARCERIA INTERNACIONAL: Sorocaba e Unesco firmarão termo de cooperação em Educação. **Município de Sorocaba**, Sorocaba, 23 mar. 2007. Disponível em: <http://www.sorocaba.sp.gov.br/anexos/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

POZO, J. M. del. O conceito de cidade educadora, hoje. In: AICE – Associação Internacional das Cidades Educadoras. **Educação e vida urbana: 20 anos de Cidades Educadoras**. Torres Novas, Portugal: Gráfica Almondina, 2013, pp. 23-33.

SANTA Maria da Feira. **Educating Cities**, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4OpbWiiUhjM&t=95s>. Acesso em: 17 fev. 2021

SANTOS, F. de A. dos; SOARES, M. L. de A. Cidade Educadora e escola cidadã na cidade contemporânea. **Quaestio – Revista de Estudos em Educação**, [S.l.], v. 11, n. 2, pp. 177-194, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMÕES, J. M. S. **Cidades em rede e redes de cidades: o movimento das cidades educadoras**. 2010. 118f. Dissertação (Mestrado em Cidades e Culturas Urbanas) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra.

SOROCABA é destaque como Cidade Educadora. **Jornal Zona Norte**, Sorocaba, 22 fev. 2018. Disponível em: <http://jornalznorte.com.br/educacao/sorocaba-e-destaque-como-cidade-educadora>. Acesso em: 16 fev. 2021.

TOLEDO, L.; FLORES, M. L. R.; CONZATTI, M. **Cidade educadora: a experiência de Porto Alegre**. São Paulo: Cortez, 2004.

ANEXOS

Anexo A – Formulário de proposta de adesão à AICE



CIDADE		PAÍS	
Nº HABITANTES		NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	
WEB		REDES SOCIAIS	

O município assume a Carta de Cidades Educadoras e solicita a admissão na Associação Internacional das Cidades Educadoras

De acordo com a normativa de proteção de dados vigente, vimos informar de que os seus dados pessoais serão tratados pela Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE), com a finalidade de gerir a sua participação nas atividades da Associação e das suas redes.

Os abaixo assinados autorizam que os dados pessoais que aparecem neste formulário sejam partilhados com as redes territoriais da Associação e com a cidade organizadora do Congresso Internacional da AICE, assim como a sua publicação na Internet. Têm direito a aceder, retificar e suprimir os seus dados, e a solicitar a portabilidade, limitação ou oposição ao tratamento dos mesmos por correio eletrónico (edcities@bcn.cat).

1. INFORMAÇÃO RELATIVA AO/À PRESIDENTE DA CÂMARA / PREFEITO/A

Sr. Sra.

NOME E APELIDOS			
MORADA			
LOCALIDADE		CÓDIGO POSTAL	
PAÍS		TELEFONE	
TELEMÓVEL CELULAR			
E-MAIL			
DATA DA ÚLTIMA ELEIÇÃO		DURAÇÃO DO MANDATO	

LÍNGUA DE COMUNICAÇÃO: Espanhol Inglês Francês

Compromete-se a pagar a quota anual que corresponde ao município que representa, em função do seu número de habitantes e PIB per capita (ver [aqui](#)).

ASSINADO: O/A PRESIDENTE DA CÂMARA / PREFEITO/A

2. DESIGNA UM VEREADOR OU REPRESENTANTE POLÍTICO DO SEU GOVERNO MUNICIPAL COMO RESPONSÁVEL PELAS RELAÇÕES COM A AICE

A pessoa em questão deverá possuir um bom conhecimento dos princípios da Carta das Cidades Educadoras e deverá coordenar as ações dos políticos dos diversos departamentos ou áreas do governo municipal em função dos objetivos da Cidade Educadora.

Sr. Sra.

NOME E APELIDOS			
CARGO			
MORADA			
LOCALIDADE		CÓDIGO POSTAL	
PAÍS		TELEFONE	
TELEMÓVEL CELULAR			
E-MAIL			
DATA DA ÚLTIMA ELEIÇÃO		DURAÇÃO DO MANDATO	

LÍNGUA DE COMUNICAÇÃO: Espanhol Inglês Francês

ASSINATURA:

ASSINATURA DO/A PRESIDENTE/A DA CÂMARA
PREFEITO/A:

3. DESIGNA UMA PESSOA DO QUADRO TÉCNICO PERMANENTE DO SEU GOVERNO MUNICIPAL PARA AS RELAÇÕES COM A AICE.

A pessoa em questão deverá possuir um bom conhecimento dos princípios da Carta das Cidades Educadoras e deverá coordenar o desenvolvimento das ações dos diversos departamentos ou áreas do governo municipal em função dos objetivos da Cidade Educadora.

Sr. Sra.

NOME E APELIDOS			
CARGO			
MORADA			
LOCALIDADE		CÓDIGO POSTAL	
PAÍS		TELEFONE	
TELEMÓVEL CELULAR			
E-MAIL			

LÍNGUA DE COMUNICAÇÃO: Espanhol Inglês Francês

ASSINATURA:

ASSINATURA DO/A PRESIDENTE/A DA CÂMARA
PREFEITO/A:

Anexo B – Valores das quotas anuais referentes ao ano de 2021



ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS QUOTAS 2021

Número de habitantes	Grupo I* Produto Nacional Bruto per capita 0- 1.000 US\$	Grupo II* Produto Nacional Bruto per capita 1.001-3.000 US\$	Grupo III* Produto Nacional Bruto per capita 3.001-10.000 US\$	Grupo IV* Produto Nacional Bruto per capita superior a 10.001 US\$
Menos de 50.000 habitantes	70€	104€	160,50€	220€
de 50.000 a 100.000 habitantes:	100€	156€	214€	330€
de 100.000 a 250.000 habitantes:	250€	338€	481,50€	715€
de 250.000 a 500.000 habitantes:	350€	520€	749€	1100€
de 500.000 a 1.000.000 habitantes:	500€	780€	1070€	1650€
de 1.000.000 a 2.000.000 habitantes:	650€	1040€	1605€	2200€
de 2.000.000 a 5.000.000 habitantes:	800€	1300€	1872,50€	2750€
Mais de 5.000.000 habitantes:	1000€	1560€	2140€	3300€

(*) PNB per capita 2019 (método Atlas) segundo os índices de desenvolvimento mundial do Banco Mundial.
<http://databank.worldbank.org/data/download/GNIPC.pdf>